

O FIM DA GUERRA NA EUROPA

por Mário Soares

1. Comemorou-se, no fim da semana passada, discretamente, o fim da guerra na Europa. Há 64 anos! Onde isso vai. Nesse dia celebrou-se, com extraordinária alegria, o fim do pesadelo nazi, a conquista da paz pelos Aliados (a Inglaterra, a América, a França e também a URSS) e o início de uma nova era de paz, de liberdade (para os países para cá da "cortina de ferro") e de incomparável prosperidade.

Lembro-me bem desse dia, que marcou a minha vida. Foram os estudantes anti-fascistas, de então, que revoltaram as Faculdades e alguns Liceus e iniciaram, concentrando-se no Rato, as grandes manifestações que ocorreram em Lisboa, junto das embaixadas dos países vencedores e noutras cidades, aos quais se juntaram depois vários milhares de operários e a população em geral. A manifestação visava o salazarismo, aliado de nazis e fascistas que, dias antes, assinalou a morte de Hitler, fechado no seu bunker de loucura, decretando que as bandeiras portuguesas ficassem a meia haste, em homenagem a um Chefe de Estado, "amigo de Portugal"... Ninguém imaginava, então, que os ditadores Franco e Salazar, aliados de nazis e fascistas, pudessem sobreviver ao fim da guerra e ao triunfo das Democracias. Enganámo-nos.

Foi o medo do comunismo, estimulado pelo aparecimento de poderosos partidos comunistas em França, Itália e na Grécia, que levou a Inglaterra e a América a fechar os olhos à resistência das duas Ditaduras ibéricas e às suas antigas cumplicidades com os vencidos da guerra, apesar de estes virem a ser julgados e condenados, depois, em Nuremberga. Um erro colossal! Que nos leva a condenar e não esquecer, ainda hoje, a "grande traição dos Aliados", em relação aos anti-fascistas espanhóis e portugueses...

Doze anos depois, desse dia, inesquecível, de esperança e de confiança no futuro, a Europa Ocidental, devastada pela guerra e depois, em parte, recuperada pela ajuda do Plano Marshall, subscreveu, a seis (França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Itália) o Tratado de Roma (em 1957), que deixou de fora o Reino Unido, a Irlanda, a Dinamarca, os Países Nórdicos e, obviamente, Espanha e Portugal. Aí nasceu o projecto europeu - criando um espaço de integração e cooperação política e económica - a Comunidade Económica Europeia. Um projecto voluntário, o mais original, e de incontestáveis resultados, não só do século passado, mas mesmo de épocas anteriores. Unida a Europa, na diversidade dos seus idiomas e culturas, assegurou a paz em todo o Continente e trouxe às populações um período de incomparável bem-estar, justiça social e cooperação.

Passaram 52 anos. A Europa alargou-se em sucessivas vagas de adesão, a CEE transformou-se em União Europeia, após o Tratado de Maastricht, em 1992 e aprofundou-se no plano da moeda única - com o euro - e um espaço sem fronteiras, Schengen, a que só alguns dos Estados membros aderiram, sendo o Reino Unido o mais refractário de todos. Até hoje. Mas a Europa Política nunca

conseguiu institucionalizar-se, uma vez que a Constituição para tanto elaborada foi vetada em referendo pela França e a Holanda e o Tratado de Lisboa, subscrito por todos os chefes de Governo dos 27 Estados membros, está paralisado por não ter sido ainda ratificado pela Irlanda...

Surgiu, entretanto, a crise global, que está a atingir em cheio todos os 27 Estados membros da União, sem que haja uma estratégia global e concertada, entre todos, para a combater. A União Política, como agente global, está paralisada, sem que isso pareça preocupar demasiadamente os dirigentes europeus...

Por isso, a imprensa internacional escreveu - e com razão - que a União não tem grandes motivos para celebrar datas históricas fundamentais do passado, porque está a ser corroída por preocupações nacionalistas, que se julgavam ultrapassadas, e os seus actuais dirigentes não estão à altura, visto não terem a dimensão intelectual e política, dos Pais Fundadores. Interessam-se mais pelos "negócios de mercearia", na mira dos lugares disponíveis, sem visão de futuro e incapazes de aprofundar e desenvolver o projecto europeu, que é, essencialmente, um projecto de paz, portanto, político, económico, social, ambiental e cultural.

Temos à porta as eleições para o Parlamento Europeu, que, esperamos, venha a ter maiores competências. São extremamente importantes. Curiosamente, ninguém, até agora, está a debater seriamente o essencial. A saber: uma visão integrada da União, que lhe dê uma dimensão política mundial, a par das grandes potências, emergentes ou não, a que a sua tão rica história lhe dá jus. Assim, os eleitores europeus não têm estímulos suficientes - ou razões - para votar. O desinteresse conduz à abstenção e esta à decadência. Ora o combate à crise global passa por uma Europa forte, unida e solidária. É uma lástima perder-se a oportunidade que ainda está ao nosso alcance... Os responsáveis políticos não vêem isso? A história não lhes perdoará!

2. O Papa Bento XVI iniciou na passada sexta-feira uma viagem ao Próximo Oriente, de grande risco. Como todos se lembram o Papa não se tem caracterizado, nas suas viagens, nem pela moderação nem pelo seu sentido de diplomacia. Algumas das suas gaffes ficaram célebres e foram esquecidas, apesar de emendadas depois, como a proferida na Conferência de Ratisbona, que enfureceu muitos muçulmanos ou a do preservativo...

A viagem que iniciou por Aman, capital da Jordânia é, necessariamente, a mais fácil. Depois, em Israel - com destaque para Jerusalém - e depois a Faixa de Gaza, são bem mais complexas e perigosas. Vamos ver.

Bento XVI iniciou esta viagem sob o signo da paz e do desenvolvimento do diálogo inter-religioso - duas boas Causas - sendo que o diálogo religioso tem feito alguns progressos. A Comunidade de Santo Egídio, tão nossa conhecida, tem dado, nesse sentido, pela parte dos católicos, um excelente contributo. Agora em Jerusalém, centro das três religiões do Livro (judaísmo, cristianismo-catolicismo e islamismo) a situação é bem mais delicada e complexa. Num passado não muito distante, estive na origem de inúmeros conflitos e agora que as três religiões vivem em coexistência, mais ou menos pacífica, as coisas ainda não são tão fáceis como às vezes parecem. "O diálogo trilateral - disse o Papa - é muito importante para a paz e para que cada um

viva bem a sua religião". É verdade. E afirmou o "seu profundo respeito pela Comunidade Muçulmana", uma declaração importante. Mas não se esqueceu de afirmar que uma sua preocupação, nesta viagem à Terra Santa, é: "encorajar os cristãos (e não só os católicos) do Médio Oriente, que são uma importante componente da cultura e da vida da Região, a encontrar a coragem, a humildade e a paciência de ficar nesses países e de oferecer a sua contribuição para o futuro". Veremos como vão ser, em Israel e em Gaza, as suas reflexões e em que medida vão contribuir, como se espera, para reduzir os conflitos existentes. Aí entra a política pura e dura... E o Papa, pelo menos, revela coragem em nela participar.

3. Em Portugal, a Igreja lança, no próximo dia 15, um projecto de uma nova solidariedade. A esse propósito, o Senhor Patriarca, deu uma interessante entrevista, concedida ao Expresso, em que afirmou: "o desemprego é uma bomba ao retardador". Tem razão. Já tinha alertado para a violência latente que se está a desenvolver na nossa sociedade - em grande parte devido ao desemprego crescente, às desigualdades sociais e à crise, que continua a aprofundar-se. As categorias mais favorecidas da sociedade portuguesa persistem em pensar que a crise se vai resolver sem profundas reformas sociais e nos comportamentos das pessoas. Ora não é assim. Para além da crise, as fragilidades da Justiça e a excessiva mediatização da política, podem também criar grandes dificuldades. O Senhor Bispo emérito de Setúbal, D. Manuel Martins, alertou há dias, a propósito do incidente violento, provocado por um gang organizado, que teve lugar no Bairro da Bela Vista, em Setúbal, para o acréscimo da criminalidade e da violência que está a alastrar na sociedade portuguesa. Ora isso não se resolve com repressão. Como disse o Senhor Patriarca e também o Senhor D. Januário Torgal resolve-se com reformas sociais, que socorram os mais pobres e com o bálsamo da solidariedade. A Igreja tem razão em ajudar a sério o Estado, porque afinal o Estado somos todos nós.

Lisboa, 12 de Maio de 2009